

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 179, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

“Altera as metas que constam no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011, Lei Municipal nº 3.359, de 29 de setembro de 2010, e no Anexo de Compatibilidade de Orçamento com o Anexo de Metas Fiscais do Orçamento 2011, Lei Municipal nº 3.387, de 30 de novembro de 2010, e da outras providências.”

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Altera as metas que constam no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011, Lei Municipal nº 3.359, de 29 de setembro de 2010, e no Anexo de Compatibilidade de Orçamento com o Anexo de Metas Fiscais do Orçamento 2011, Lei Municipal nº 3.387, de 30 de novembro de 2010, conforme segue:

Especificação	Metas da LDO 2011 Valor Corrente	Metas da LOA 2011	NOVAS METAS para 2011
Receita Total	53.067.194,95	58.948.372,27	63.102.583,72
Receitas Primárias (I)	52.255.394,48	58.028.521,55	61.578.925,46
Despesa Total	53.067.194,95	58.948.372,27	66.731.897,09
Despesas Primárias (II)	50.302.194,95	55.767.772,27	64.957.057,63
Resultado Primário (I - II)	1.953.199,53	2.260.749,28	- 3.378.132,17
Resultado Nominal	8.827.078,53	9.192.618,61	5.983.341,24
Dívida Pública Consolidada	3.649.406,39	4.740.476,66	5.241.449,33
Dívida Consolidada Líquida	904.054,30	2.143.612,62	- 397.302,08
Fonte:	Anexo de Metas Fiscais da LDO 2011 (Anexos III -a e III- e)	Demonstrativo de Compatibilidade do orçamento com o anexo de metas fiscais da LDO do Orçamento 2011 (Anexo X)	

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 14 de dezembro de 2011.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Sigrid Inês Guthmann Pesenatto
Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 179, de 14 de dezembro de 2011, que: “Altera as metas que constam no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011, Lei Municipal nº 3.359, de 29 de setembro de 2010, e no Anexo de Compatibilidade de Orçamento com o Anexo de Metas Fiscais do Orçamento 2011, Lei Municipal nº 3.387, de 30 de novembro de 2010”.

A alteração das Metas Fiscais é necessária visto que no decorrer do exercício vigente ocorreram fatos que afastaram a realidade do planejamento executado no momento da confecção da LDO e da LOA de 2011. Dentre os fatores que influenciaram a execução orçamentária de 2011 podem ser citados: o empenho de despesas e a tendência de arrecadação das receitas em valores superiores aos previstos na LOA; a abertura de créditos adicionais (suplementares e especiais por superávit financeiro, suplementares e especiais por excesso de arrecadação e especiais por operação de crédito) no valor de R\$ 10.559.433,69; ter sido considerado na LDO 2011 e na LOA 2011 que ocorreriam amortizações do parcelamento com a empresa DELL COMPUTADORES durante o ano de 2011 todo.

Cabe ressaltar que entre 01/01/2011 e 30/11/2011, foram abertos créditos especiais por excesso de arrecadação no valor de R\$ 2.143.500,51, créditos especiais por superávit financeiro no valor de R\$ 1.655.073,26, créditos suplementares por excesso de arrecadação no valor de R\$ 666.255,54, créditos suplementares por superávit financeiro no valor de R\$ 4.844.604,38, e créditos especiais por operação de crédito no valor de R\$ 1.250.000,00, totalizando um aumento nos créditos orçamentários do exercício em R\$ 10.559.433,69. De maneira simplificada, pode-se considerar que os valores dos créditos adicionais por superávit financeiro e por operação de crédito não integram o cálculo das Receitas Primárias, no entanto compõem o montante das Despesas Primárias, gerando reflexos no Resultado Primário.

Em linhas gerais, o Resultado Nominal sofre modificações sempre que houver alteração na dívida consolidada e nas disponibilidades financeiras (ativo disponível acrescido dos haveres financeiros e reduzido dos restos a pagar processados) durante o exercício. Ou seja, o resultado nominal modifica-se por alterações no montante das dívidas de longo prazo (causadas por amortizações, atualizações ou novas contratações), pela arrecadação de receitas e pela realização de pagamentos.

Cabe salientar que, no momento da confecção da LDO 2011 e da LOA 2011, a obrigação referente ao Programa RELUZ-CEEE havia sido considerada nos anos de 2010 e 2011, no entanto essa obrigação foi amortizada integralmente no valor de R\$ 35.835,93 conforme registro contábil em 08.10.2010. Quanto ao PARCELAMENTO/DELL COMPUTADORES, foi considerado que ocorreriam amortizações durante todo o exercício de 2011, porém essa obrigação foi amortizada até o mês de junho de 2011.

Caso as metas fiscais não sejam alteradas, a variação entre a execução e o planejamento (LDO e LOA) provavelmente atingirá percentual acima dos 25%

admitidos pelo inciso II do artigo 27 da LDO 2011 (Lei Municipal n.º 3.359, de 29 de setembro de 2010). Nas audiências públicas de demonstração e avaliação das metas fiscais do 1.º e 2.º quadrimestres de 2011, ocorridas no dia 30 de maio e 27 de setembro, foi salientado que o Poder Executivo verificaria a necessidade de alteração das metas em questão.

Para demonstrar o exposto segue anexas planilhas demonstrando as estimativas de Resultado Primário, Nominal, de receitas e de despesas.

Sendo assim e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal